

Ciência Moderna e Abordagem Nomotética na Psicologia Contemporânea

José Olavo Smanio Brando*

Orcid.org/0009-0007-2951-6149

Gustavo Arja Castañon

Orcid.org/0000-0002-2979-7995

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG/Brasil/BR

Resumo

As categorias ‘idiográfica’ e ‘nomotética’ surgiram com o Neokantismo da Escola de Baden no final do século XIX e início do século XX. Seu uso, classificando as disciplinas das ciências empíricas, fomentou debates ao longo do século passado, particularmente acerca do estatuto da Psicologia. Nesses debates, a categoria ‘nomotética’ foi se tornando equivalente à de ‘ciência empírica’. Neste estudo, analisamos algumas das principais relações filosóficas, sobretudo as epistêmicas, entre a definição original de ‘nomotética’ e as definições contemporâneas de ‘ciência moderna’. Concluímos que, embora a ciência moderna seja compatível com a concepção original de ‘nomotética’, não é equivalente à ela. Essa compatibilidade ocorre exclusivamente no nível epistêmico, único sentido estrito possível para o emprego de tal categoria na Psicologia contemporânea.

Palavras-chave: Ciências empíricas, nomotético, Filosofia da Psicologia, Epistemologia da Psicologia, Filosofia da Ciência.

Modern Science and Nomothetic Approach in Contemporary Psychology

Abstract

The ‘idiographic’ and ‘nomothetic’ categories emerged with the Neo-Kantianism of the Baden School at the end of the 19th century and beginning of the 20th century. Its use, classifying the disciplines of empirical sciences, encouraged debates throughout the last century, particularly regarding the status of Psychology. In these debates, the ‘nomothetics’ category became equivalent to ‘empirical science.’ In this study, we analyze some central philosophical relationships, especially epistemic ones, between the original definition of ‘nomothetics’ and contemporary definitions of ‘modern science.’ We conclude that, although modern science is compatible with the original conception of ‘nomothetic’, it is not equivalent

* Correspondência: Rua Dr. Sebastião de Andrade, Eldorado, Juiz de Fora - MG, Brasil. CEP: 36046-090. Tel.:(32) 98836-1685. joseolavouba@yahoo.com

to it. This compatibility occurs exclusively at the epistemic level, the only possible strict meaning for using such a category in contemporary psychology.

Keywords: Empirical sciences, nomothetic, Philosophy of Psychology, Epistemology of Psychology, Philosophy of Science.

Ciencia Moderna y Enfoque Nomotético en la Psicología Contemporánea

Resumen

Las categorías “idiográfica” y “nomotética” surgieron con el neokantismo de la Escuela de Baden a finales del siglo XIX y principios del XX. Su uso, clasificando las disciplinas de las ciencias empíricas, impulsó debates a lo largo del último siglo, particularmente en torno al estatus de la Psicología. En estos debates, la categoría “nomotética” se volvió equivalente a la de “ciencia empírica”. En este estudio, analizamos algunas de las principales relaciones filosóficas, especialmente epistémicas, entre la definición original de “nomotética” y las definiciones contemporáneas de “ciencia moderna”. Concluimos que, aunque la ciencia moderna es compatible con la concepción original de la “nomotética”, no es equivalente a ella. Esta compatibilidad ocurre exclusivamente a nivel epistémico, único significado estrictamente posible para el uso de tal categoría en la Psicología contemporánea.

Palabras-clave: Ciencias empíricas, nomotético, Filosofía de la Psicología, Epistemología de la Psicología, Filosofía de la Ciencia.

O debate nomotético-idiográfico iniciou-se de modo parouquial na Alemanha no final do século XIX e início do século XX, emergindo do constante diálogo entre a Escola de Baden, representada principalmente por Wilhelm Windelband (1848-1915) e Heinrich Rickert (1863-1936), e Wilhelm Dilthey (1883-1911). Tal debate foi responsável por elaborar e difundir o significado dos termos ‘idiográfico’ e ‘nomotético’ nos estudos teóricos acerca da análise das características e dos fundamentos filosóficos das ciências, sobretudo aqueles relacionados aos campos de investigação que contemporaneamente classificamos como Ciências Humanas. A Escola da Baden, dentre diversas outras, compõe o diverso e dominante movimento filosófico germânico conhecido como Neokantismo, que durou por volta dos anos de 1870 até a ascensão do partido Nazista na Alemanha na década de 1930¹ (Heis, 2018;

Linden, 1999).

Ainda no contexto histórico europeu do início do século passado, por meio do diálogo cons-

e Ciências Humanas. Considerando que os tipos ‘idiográfico’ e ‘nomotético’ nasceram como uma estratégia epistemológica e metodológica em resposta ao expoente positivismo comteano que apresentava no modelo da física newtoniana, e seus pressupostos filosóficos, uma certa extrapolação de sua visão de mundo e de vida para outros campos do conhecimento além das Ciências da Natureza, essa resposta deu início às afirmações de especificidade epistemológica e metodológica das Ciências Humanas. Esse processo rapidamente culminou em debates ontológicos acerca dos objetos de investigação nas ciências de uma maneira geral. De modo similar, resultou também em uma difundida e contemporânea oposição entre a explicação de aspectos próprios da natureza (i. e., daquilo que é exterior e não é produto da ação humana e, por isso, independe do ser humano para existir, relacionada às Ciências da Natureza) e a compreensão daquilo que depende do ser humano para existir, como o entendimento de si mesmo e as próprias ações humanas (relacionada às Ciências Humanas; cf. Heis, 2018; Linden, 1999; Makkreel, 1999, 2016; Penna, 1991; Simanke, 2009; Staiti & Oliva, 2022).

¹ A diferenciação entre pesquisas idiográficas e nomotéticas inaugura, sobretudo do ponto de vista epistemológico, a atualmente tradicional distinção entre o que chamamos de Ciências Naturais

tante e da defesa enfática de Dilthey da autonomia teórica das Ciências Humanas em relação às Ciências Naturais (Heis, 2018), o debate acerca das abordagens nomotéticas e idiográficas no modo de investigar empiricamente tomou proporções maiores que o domínio epistemológico e metodológico inicial, alcançando o nível argumentativo da ontologia. Esse desenvolvimento levou à discussão sobre a questão da irreduzibilidade dos objetos de estudo das Ciências Humanas, seus métodos de investigação e a questão filosófica do pertencimento de tais objetos à ordem natural ou a uma ordem própria, distinta da natureza (Simanke, 2009). Desse modo, apesar de esse embate surgir em um contexto histórico e filosófico bastante pontual, a distinção entre Ciências Humanas e Ciências Naturais tornou-se marcante durante todo o século XX e reverbera até hoje. Nesse contexto, a categorização das pesquisas empíricas em nomotéticas ou idiográficas foi difundida e influenciou trabalhos de autores importantes, como, por exemplo, a orientação do projeto sociológico de Max Weber (1864-1920), as profícuas discussões do estruturalismo linguístico francês dos anos 1940-1950 (Simanke, 2009), o projeto da Psicologia Genética de Jean Piaget (1896-1980; Penna, 1982) e uma ampla discussão sobre a natureza e os modos de investigação, explicação e predição da personalidade na Psicologia da Personalidade e suas relações com o campo da clínica psicológica (Marx & Hillix, 1963/1973; Thomae, 1999).

Nesse sentido, como defendido por Holt (1962) e evidenciado por Thomae (1999), a influência de tais concepções germânicas na Psicologia ao longo do século passado ocorreu por intermédio de certos mal-entendidos e confusões conceituais. Essas confusões surgiram a partir das definições e caracterizações originais da taxonomia ideográfico-nomotética, que foram transferidas para os debates que buscavam apropriar esses conceitos em outros contextos teóricos de base e teórico-práticos próprios da Psicologia. A introdução de tais conceitos na Psicologia do século passado, pela Psicologia da Personalidade, ocorreu por meio do livro clás-

sico de Gordon W. Allport (1997-1967) *Personality: A Psychological Interpretation*, de 1937. O debate entre eminentes personologistas, como Beck (1953) e Eysenck (1954), e as discussões propostas por Falk (1956), Franck (1986) e Skaggs (1945), todos à luz do pensamento de Allport, exemplificam algumas confusões (ora sutis, ora nítidas) contidas no próprio debate entre tais autores, bem como entre eles e os filósofos germânicos, no que diz respeito às distintas definições e caracterizações dadas aos termos ‘idiográfico’ e ‘nomotético’.

Com base nisso, em benefício da clareza, compreendemos que o uso das categorias ‘idiográfico’ e ‘nomotético’ ocorre em dois níveis distintos, um original (o neokantiano) e outro relativo à recepção de tais conceitos ao longo do tempo na Psicologia. Nesse sentido, buscamos traçar neste estudo algumas das principais relações filosóficas, sobretudo as epistêmicas, de compatibilidade, lacunares e de incompatibilidade entre a abordagem nomotética, em sua definição original e a ciência moderna². Como mostraremos, na definição neokantiana, a forma nomotética de investigação se diferencia da idiográfica pelo uso de teorias que intermediam a relação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, e não ocorre diretamente por meio do fenômeno de interesse. Contudo, essas categorias apresentam aspectos peculiares aos debates na filosofia alemã do final do século XIX, que não se enquadram no debate atual na Filosofia da Ciência.

² Em benefício da clareza, apontamos que as ciências empíricas são aquelas relacionadas ao advento da ciência moderna, formalizada teórica e historicamente no contexto europeu entre o final do século XVI e final do século XVIII. Não obstante o caráter histórico conferido à expressão ‘ciência moderna’, explicitamos que a usamos em acepção filosófica. Desse modo, o que buscamos explicar aqui é o empreendimento que se define a partir da Revolução Científica, suas características, principais pressuposições e aspirações contemporâneas, sem a pretensão de esgotar e fechar cabalmente a querela do que seria a ciência, se é que isso seja possível.

Método

Este estudo é de natureza teórica, e consiste basicamente em análise conceitual comparativa de amostra bibliográfica. Trata-se de uma investigação de Epistemologia da Psicologia (Castañon, 2012), particularmente de estudo das questões conceituais em Psicologia (Block, 1981). Assim, foram utilizados dois métodos gerais básicos, a saber: levantamento de teses e argumentos a partir de pesquisa bibliográfica baseado em Laurenti e Lopes (2016) e análise de consistência por meio da aplicação do método lógico-dedutivo em formato discursivo (Murcho, 2019).

O levantamento de teses e argumentos foi realizado a partir de material bibliográfico referente à Escola de Baden – centrado em fontes primárias e secundárias de Windelband, Rickert e Dilthey – com traduções diretas do alemão para as línguas portuguesa e inglesa, assim como de comentadores especializados. Em acréscimo, tal levantamento também ocorreu mediante pesquisa em acervos digitais e bases referenciais já referendadas na área da Filosofia da Psicologia, como PhilPapers e PsycInfo, bem como em bases complementares em língua portuguesa, como SciELO Brasil e Periódicos CAPES, utilizando os seguintes descritores: “nomotético”; “psicologia nomotética”; “idiográfico”; e “psicologia idiográfica”. A seleção dos artigos encontrados foi feita por meio da leitura de títulos e resumos (*abstracts*) e aquisição daqueles que abordam a classificação da Psicologia nos termos da Filosofia da Ciência de Baden, assim como das principais concepções de ciência no contexto da Psicologia contemporânea. Assim, foram selecionados e fichados, em língua portuguesa e inglesa, livros de Dilthey, Rickert e Windelband (fontes primárias); verbetes, artigos e livros de seus principais comentadores contemporâneos (fontes secundárias); artigos e livros de autores da Psicologia que se debruçaram acerca da classificação da Psicologia segundo a Filosofia da Ciência de Baden; além de artigos e livros de autores com obras introdutórias e especializadas na Filosofia da Ciência contemporânea.

O Nomotético e o Idiográfico na Psicologia Contemporânea

A Psicologia contemporânea é composta por várias escolas diferentes e utiliza os termos ‘idiográfico’ e ‘nomotético’ na tentativa de categorizá-las, particularmente como formas específicas de definir as principais metodologias de investigação da disciplina e, em alguma medida, seu objeto de estudo. Dessa maneira, como coligido por Fairholm (2012) e discutido por Krüger (2004, 2014), a denominação ‘idiográfica’ é usada para aquelas escolas que buscam compreender o indivíduo e suas experiências ou vivências únicas, destacando os aspectos subjetivos que fornecem a cada ser suas qualidades particulares e próprias daquilo que os formam e os conformam (i. e., suas singularidades). Idiográficas, por exemplo, seriam disciplinas que investigam eventos únicos e irrepetíveis, como a História. A Psicologia, concebida dessa forma, seria somente um empreendimento explicativo e, portanto, retroativo de comportamentos individuais.

As abordagens idiográficas da Psicologia contemporânea fazem uso expressivo de metodologia qualitativa, com o objetivo de identificar e compreender as interpretações dos significados atribuídos, pois definem os fatos por elas pesquisados como únicos e, por isso, irrepetíveis, não recorrentes e inalienáveis. Dessa forma, apresentam estudos incompatíveis com a busca de padrões ou generalizações e, por conseguinte, com predições acerca do comportamento humano.

Essas características contrastam fortemente com a abordagem nomotética da Psicologia. Essa diz respeito às escolas psicológicas que compreendem os fatos pesquisados como fenômenos organizados por padrões e passíveis de generalizações que se aplicam a todos os indivíduos. Dessa forma, é objetivo dessas escolas a identificação de tais padrões e o estabelecimento de explicações e predições por meio de estudos corroborados empírica e logicamente; sendo, assim, enquadrados em grandes modelos explicativos e preditivos do tipo ‘se-então’.

Para isso, geralmente utilizam metodologia quantitativa e estudos empírico-experimentais

para formular e testar de hipóteses empíricas. Nesse quadro geral, a título de ilustração, Krüger (2014) defende que consistem em escolas idiográficas a Psicologia Humanista, a Psicologia Existencial, bem como aquelas escolas psicológicas baseadas na Fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938) e suas derivações. Já as escolas nomotéticas consistem na Psicanálise freudiana (cf. Simanke, 2009), no Comportamentalismo, na Psicologia Biológica e, dentre as abordagens cognitivas, no Cognitivismo e no Computacionalismo³ (Fairholm, 2012).

Dessa maneira, por meio da difusão de tais categorias, o entendimento e as discussões sobre as classificações das escolas psicológicas, bem como seus respectivos desdobramentos nos campos de aplicação da Psicologia, podem ocorrer nos níveis metodológico, epistemológico, ontológico e/ou, ainda, confundindo-os ou abordando-os conjuntamente. Admitindo tais formas de compreender e categorizar as escolas que compõem a Psicologia contemporânea, as abordagens nomotéticas são por vezes igualladas às ciências empíricas, sobretudo (quando não exclusivamente) devido às considerações acerca de seus aspectos metodológicos (cf. Fairholm, 2012; Holt, 1962; Howard & Myers, 1990; Krüger, 2014; Skaggs, 1945).

Com base no panorama exposto, revisamos os principais elementos que consideramos caracterizar as ciências empíricas enquanto tais, relacionando-os aos principais atributos da abordagem nomotética na acepção neokantiana de Baden. Nesse sentido, apresentamos também uma relação *pari passu* entre tais concepções, com ênfase em suas dimensões epistemológicas. Assim, buscamos apurar que as ciências empíri-

cas e as abordagens nomotéticas guardam relações de compatibilidade e equivalência somente no nível epistêmico e metodológico de suas acepções.

Pressupomos que uma investigação dessa envergadura é importante para a Psicologia contemporânea por explicitar as definições e caracterizações originais dos termos ‘idiográfico’ e, sobretudo, ‘nomotético’, visto que suas ideias, mesmo que implicitamente, estão presentes em discussões ontológicas e epistemológicas na Filosofia da Psicologia, bem como em textos teórico-práticos sobre pesquisas e intervenções psicológicas nos variados campos de aplicação da Psicologia – porém, nem sempre de modo que suas definições e descrições de suas características estejam claras. Nesse sentido, este trabalho também busca diminuir a incidência de discussões retóricas, caricaturais ou confusas na disciplina. Ademais, como lembra Araujo (2012), toda investigação teórica na Psicologia faz-se necessária, uma vez que as atividades de pesquisa empírica e profissionais apenas são possíveis a partir de certos pressupostos filosóficos e em condições históricas específicas, independentemente do interesse de cientistas e profissionais nos fundamentos filosóficos e históricos da disciplina.

As Concepções de Ciência Empírica da Escola de Baden

Segundo Linden (1999), o Neokantismo consiste em um movimento relativamente heterogêneo composto por mais ou menos sete escolas. Como uma das mais influentes, a Escola de Baden teve suas ideias principais apresentadas por Windelband e desenvolvidas por Rickert. Apesar de os membros que formam o Neokantismo apresentarem diferenças em algumas de suas concepções fundamentais, fazendo com que esse movimento não seja totalmente unificado, ele é compreendido segundo algumas características centrais que o distinguem de outros movimentos filosóficos. Nesse sentido, buscaram reviver, defender, ampliar e reelaborar o pensamento de Immanuel Kant (1724-1804), de modo que toda

³ Sobre o Cognitivismo, seu caráter nomotético parcial é abordado desde o início de seu desenvolvimento através de seus principais expoentes, como Neisser (1976). Ademais, sua distinção da escola Computacionalista dentre as escolas psicológicas influenciadas pelas teorias da informação e, desse modo, seu caráter parcialmente nomotético, é tangenciado por Castañon (2006). No mais, este tema também é abordado em maiores detalhes alhures (Brando, 2022).

“volta a Kant” também significou “ir além de Kant”, bem como oferecer respostas à disseminada visão positivista comteana da época sobre o conhecimento empírico das ciências naturais e humanas (Heis, 2018, para. 1-3; Linden, 1999, p. 603; Staiti & Oliva, 2022, para. 10).

Além disso, procuraram desenvolver uma alternativa às teses de G. W. F. Hegel (1770-1831), ao chamado idealismo especulativo, assim como às variadas concepções materialistas em crescimento na época (Linden, 1999). Também orientaram-se em desenvolver sistemas filosóficos, como o idealismo transcendental de Rickert, e métodos específicos para as contemporaneamente chamadas Ciências Humanas e Naturais, de maneira a identificar os elementos fundamentais que compõem o objeto de estudo do método transcendental (kantiano) aplicado à cultura humana (Heis, 2018; Staiti & Oliva, 2022). Da mesma maneira, aspiraram identificar o que torna possível a validade objetiva do conhecimento advindo de todas as disciplinas consideradas por eles científicas (Física, Química, História, Direito, Ética etc), de modo a ampliar o pensamento kantiano, “indo além de Kant”, para além das ciências naturais (Heis, 2018, para. 46-47; Linden, 1999, p. 604).

No contexto particular do Neokantismo, ressaltamos que o conceito ‘validade objetiva’ apresenta variações específicas em suas definições e características de acordo com a tradição neokantiana e/ou o filósofo germânico posto em foco. No entanto, no caso da Escola de Baden, segundo Staiti e Oliva (2022), é admissível que, em acepção ontológica, a validade de um conhecimento seja objetiva por fazer parte da estrutura formal dos objetos da realidade que são investigados pelo pesquisador, não sendo meramente um esquema mental. Já na dimensão epistemológica, refere-se à coerência intrínseca do conjunto de enunciados que se relacionam em um sistema teórico-filosófico particular (Staiti & Oliva, 2022). Nesse sentido, a validade objetiva significa pensar de acordo com os princípios a priori que permitem e governam a inteligibilidade de uma dada disciplina da realidade e de acordo com as regras formais da Lógica. Desse modo,

suas teses marcaram forte rejeição a qualquer posicionamento cético, psicologista, historicista ou naturalista (Heis, 2018; Resende, 2017; Staiti & Oliva, 2022).

Especificamente no que diz respeito aos tipos de investigação, os neokantianos serviram-se de dois tipos diferentes de classificação das ciências empíricas fundamentados em concepções metodológicas distintas, viz., as formas de pesquisa idiográfica e nomotética. Elas foram inauguralmente cunhadas por Windelband (1900/1998) em uma palestra proferida por ocasião de sua eleição como reitor em Strasbourg em 1894. O uso majoritariamente epistêmico-metodológico de tais classificações foi comumente feito pelos principais filósofos das tradições neokantianas aqui consideradas – apesar das diferenças concernentes às teses ontológicas e epistemológicas elaboradas e propugnadas por eles⁴ (Heis, 2018; Makkreel, 1999, 2016; Penna, 1991; Resende, 2017; Simanke, 2009; Staiti & Oliva, 2022).

Dois Modos de Investigação: Idiográfico e Nomotético

Ainda que os dois tipos apresentem definições e características díspares, é importante ressaltarmos que elas compartilham de certos atributos comuns. Como colocado por Windelband (1900/1998), ambas as classes de investigações e os tipos de conhecimento produzidos por elas (a) dizem estritamente respeito ao conhecimento empírico, na medida em que (b) devem consistir de afirmações não-contraditórias entre os elementos que compõem cada uma, de modo

⁴ Como exemplo dessas diferenças tem-se, por parte exclusiva de Rickert (1929/1986), a rejeição da concepção de espírito (ou mente) pela restrita adoção da concepção de história nas Ciências da Cultura, bem como a relativa irrelevância do *status* ontológico dos objetos de estudo das Ciências Humanas e Naturais pela adoção puramente metodológica das classificações idiográfica e nomotética. Ainda, pode ser citada a enfática, embora desordenada, defesa de Dilthey (1910/2010) da necessidade de dissolução da discrepância sobre a natureza formal última dos objetos das Ciências Humanas e Naturais.

que o uso mais claramente das regras lógicas inclina-se mais ao nomotético que ao idiográfico. Nessa conformidade, (c) nenhuma investigação advinda das Ciências Humanas ou das Ciências Naturais é devidamente estudada por pessoas leigas que tecem julgamentos a partir apenas das próprias experiências acumuladas de vida; (d) em ambas as classificações, exige-se o conhecimento básico acerca do que foi analisado criticamente e examinado conceitualmente de maneira disciplinada; assim como (e) um mesmo objeto de estudo pode, com a ressalva de resguardar seu devidos aspectos formais referentes a cada disciplina, ser alvo simultâneo de procedimentos idiográficos e nomotéticos, de maneira que um dos dois tipos prevaleça na investigação enquanto o outro ocorre de modo complementar. Assim, como apontam Heis (2018) e Thomae (1999), nas formulações originais de tais categorias, não há contradição entre os dois modos de orientar as pesquisas empíricas, mas sim uma relação de complementaridade com diferenças fundamentais em seus objetivos específicos quando empregadas nas disciplinas das ciências empíricas, posto que a categorização em especial da Psicologia apresentou um estatuto científico indefinido nos debates entre os neokantianos⁵.

Apresentados os pontos compartilhados entre essas categorias, é possível, assim, termos maior clareza em que essas concepções epistêmico-metodológicas se diferem. Windelband (1900/1998) defende que o objeto de estudo de uma pesquisa idiográfica é tipicamente um evento, uma sequência de eventos ou um sujeito unicamente circunscrito no espaço-tempo. Nesse

sentido, uma investigação idiográfica é definida por abordar seu objeto de estudo com a finalidade de tornar inteligível o aspecto singular já expressado na realidade que tal objeto carrega consigo. Ou seja, uma investigação idiográfica apresenta o propósito de compreender um ou mais eventos individualmente entendidos em todas as suas propriedades que o qualificam enquanto tal, capazes de serem compreendidos como um processo único, particular e, desse modo, irrepetível e variável espaço-temporalmente (Windelband, 1900/1998).

Dessa maneira, o interesse de uma investigação idiográfica é a compreensão das qualidades distintas que um evento ou fenômeno particular apresenta sobre si à luz dos conceitos desenvolvidos pelo sujeito cognoscente em uma certa disciplina científica e segundo certos interesses e metas específicas. Desse modo, busca estabelecer o conhecimento direto de características individualizantes de tal evento ou fenômeno (i. e., seus aspectos singulares; Rickert, 1929/1986). Nesse sentido, não se trata de identificar as qualidades que tal evento ou fenômeno possa compartilhar com outros, mas sim de identificar a relação entre a totalidade do evento ou fenômeno e suas características individuais que se destacam do todo (Rickert, 1929/1986). Assim, conseqüentemente, os estudos idiográficos se inclinam menos ao uso explícito das regras lógicas e formalização sistematizada dos conjuntos dos enunciados que o compõem (embora não neguem suas exigências), bem como não requerem o estabelecimento de proposições que busquem representar generalizações ou leis gerais e, por conseguinte, predições acerca dos aspectos da realidade por eles investigados (Rickert, 1929/1986; Windelband, 1900/1998).

De maneira diferente, as investigações nomotéticas apresentam um evento ou uma sequência de eventos ordenada como objeto de estudo e são definidas por aspirar à descoberta das leis gerais às quais tal objeto é dependente. Ou seja, uma investigação nomotética tem a finalidade de buscar as leis (ou generalizações) responsáveis pela regularidade à qual um determinado evento ou conjunto de eventos está submetido. Ela

⁵ Os teóricos de Baden sustentavam que a Psicologia compunha somente o quadro das Ciências Naturais em relação tanto à natureza de seu objeto quanto aos seus métodos de investigação, enquanto Dilthey (1894/2008, 1910/2010) defendia que, embora a Psicologia tivesse uma dimensão explicativa (i. e., relativa às ciências nomotéticas), ela é propriamente uma disciplina referente ao campo das Ciências Humanas por apresentar também, e especialmente, um nível compreensivo. Portanto, deveria ser exclusivamente estudada idiograficamente (cf. Heis, 2018; Makkreel, 2016; Penna, 1991; Resende, 2017; Simanke, 2009).

se interessa, assim, pela descoberta de padrões acerca de um aspecto específico da realidade (Windelband, 1900/1998).

Uma pesquisa nomotética, nesse sentido, procura exatamente pelo que é repetível. Isso quer dizer que busca pelos atributos comuns que permitem e ordenam a expressão de vários eventos circunscritos espaço-temporalmente, de maneira a não dizer respeito a um ou mais eventos particulares já ocorridos e identificados pelo sujeito cognoscente, mas a todos os eventos, passados e futuros, de um ou mais aspectos próprios da realidade (Rickert, 1929/1986). No jargão neokantiano, os estudos nomotéticos se iniciam pelo que é dado pela intuição até ascenderem ao nível da abstração e, dessa forma, não se tornam mais intuitivos (Heis, 2018).

Os acontecimentos investigados por esse procedimento de estudo são, portanto, formalmente equivalentes, por serem explicados pelo ordenamento de leis (ou generalizações) que regem seus comportamentos na realidade. Ademais, fazem uso dos mais variados métodos empíricos para a formulação de hipóteses sobre suas generalizações (Windelband, 1900/1998). Assim investigados, esses acontecimentos são também somente inteligíveis à luz da abstração (Rickert, 1929/1986). Isso significa dizer que eles não são diretamente apreendidos enquanto tais (como nos moldes idiográficos), mas sim a partir de julgamentos hipotéticos que procuram descobrir os significados de suas características gerais, fazendo desaparecer os aspectos únicos, perceptíveis e distintivos que os conformam. Nesse sentido, a busca por leis gerais em cada evento ou série de eventos ordenada apresenta as particularidades dos fenômenos tão somente como exemplares, de modo que destaque o que há de universal na relação entre o todo e os casos particulares que o compõem (Rickert, 1929/1986).

Assim, as investigações nomotéticas utilizam métodos empírico-experimentais, fazem uso explícito de regras lógicas e de formalização sistematizada dos conjuntos de afirmações que carregam consigo na busca pela descoberta de padrões subsumidos nos eventos por elas estudados. Por conseguinte, isso implica no

estabelecimento de afirmações que procuram explicar tais generalizações e, principalmente, na formulação de predições acerca dos aspectos da realidade que elas pesquisam, em um conglomerado de relações conceituais do tipo ‘se-então’ (Rickert, 1929/1986; Windelband, 1900/1998).

Principais Pressupostos Filosóficos da Escola de Baden sobre os Modos de Investigação

Dado todo o exposto, para que possamos analisar de maneira proporcional as relações entre o procedimento nomotético e a ciência moderna, ressaltamos que as categorias idiográfica e nomotética apresentam certos pressupostos metafísicos. Apesar de já estarem presentes na obra de Windelband, esses pressupostos foram pormenorizadamente articulados e elaborados por Rickert (Heis, 2018; Oakes, 1986; Staiti & Oliva, 2022), ao ponto de poderem ser considerados como as doutrinas filosóficas que caracterizam todos os posicionamentos da Escola de Baden (Oakes, 1986).

O primeiro pressuposto filosófico acerca do uso dos dois métodos de investigação diz respeito ao que pode ser denominado fenomenologia da realidade (i. e., à concepção de que a realidade, enquanto um objeto da experiência, é um conjunto múltiplo e infinito de eventos e processos singulares que não apresenta um ponto principiante e final discernível e, portanto, identificável no espaço-tempo independentemente dos conceitos empregados pelo sujeito cognoscente; Rickert, 1929/1986). Como comentado por Oakes (1986), esse pressuposto também alega que a infinitude da realidade ocorre tanto de modo extensivo quanto intensivo. De maneira extensiva, a continuidade da realidade não é capaz de ser incorporada, dividida ou analisada em nenhuma experiência; já de maneira intensiva, todo evento da realidade pode ser descrito em termos de propriedades pelas quais exibem um número indeterminado de aspectos. É nesse sentido que a realidade é um todo irracional, nos termos em que não há um critério que especifique o que deve ser qualificado enquanto uma

completa descrição de seus próprios aspectos (Rickert, 1929/1986). No entanto, é importante ressaltar que esse pressuposto não diz respeito à natureza formal da realidade em si mesma, mas afirma acerca da experiência humana sobre o que existe. É uma tese fenomenológica sobre a experiência do ser humano na realidade, e não uma tese ontológica sobre o que é a realidade em última instância (Rickert, 1929/1986).

Ademais, Rickert (1929/1986) defende que tanto o conhecimento quanto a verdade não se qualificam como reproduções da realidade. Ele entendia que, com isso, estava negando o realismo epistemológico, a concepção de que o conhecimento tem o propósito de reproduzir a realidade como ela de fato é (Oakes, 1986; Staiti & Oliva, 2022). Nesse sentido, o próximo pressuposto filosófico aqui apresentado diz respeito à nomeada teoria da formação de conceitos. Esse pressuposto afirma que o único propósito da formação de concepções conceitualmente orientadas é o conhecimento da realidade baseado em critérios sobre o que é considerado relevante ou central de acordo com certa abstração conceitual e interesse cognoscitivo (Rickert, 1929/1986). Desse modo, tal critério se apresenta enquanto valor para a identificação que torna possível a conceptualização (e não a reprodução ou representação) de aspectos da realidade a partir de um ponto cognoscitivo de interesse específico (Rickert, 1929/1986; Windelband, 1900/1998). Assim, como comentado por Oakes (1986) e Staiti e Oliva (2022), dada a irracionalidade da realidade na aceção anteriormente mostrada, o conhecimento apenas é possível por meios de conceitos que simplificam, reformulam, transformam e, a partir disso, tornam possível a pesquisa da realidade — baseando-se em interesses cognoscitivamente orientados em constructos lógicos (e não meramente mentais) que realizam uma determinada meta traçada.

Nesse sentido, esse pressuposto implica outro, a saber, a teoria dos interesses cognoscitivos enquanto teoria do conhecimento de base (Rickert, 1929/1986; Windelband, 1900/1998). Isso significa dizer que adotar o pressuposto de que a formação de conceitos realiza a tarefa

de alcançar conhecimento válido segundo significados, instrumentos e métodos para o estabelecimento do conhecimento posto em foco, implica em também pressupor a tese de que as afirmações nucleares do conhecimento são cognoscitivamente movidas (Rickert, 1929/1986; Windelband, 1900/1998). Em outras palavras, o discurso do conhecimento, em meio à infinita complexidade da realidade, somente confere significado aos aspectos específicos da realidade que são cognoscitivamente considerados interessantes em relação ao objeto (transcendental) para o sujeito cognoscente que o coloca em questão e o examina (Oakes, 1986; Resende, 2017; Staiti & Oliva, 2022).

Em continuidade, a contraposição à tese do realismo epistemológico também levou à defesa da suposta incoerência acerca da teoria da verdade por correspondência, que afirma que uma série de enunciados é verdadeira na medida em que apresenta correspondência com a realidade. Para Rickert (1929/1986), uma declaração não é verdadeira porque corresponde à realidade, mas sim porque o que é afirmado guarda valor para a realidade conforme concebida pelo ser cognoscente, que é teleologicamente orientado. Desse modo, a teoria da verdade aqui adotada é a da verdade enquanto coerência, não enquanto reprodução ou correspondência (Oakes, 1986), por estar comprometida com o idealismo transcendental (Staiti & Oliva, 2022). Assim,

Os conceitos da ciência natural são verdadeiros, não porque reproduzem a realidade como ela realmente existe, mas porque representam o que se mantém *validamente* [grifo do autor] para a realidade. Se essa condição for satisfeita, não há mais razão para exigir que a ciência natural abranja a própria realidade.⁶ (Rickert, 1929/1986, p. 44, tradução nossa).

⁶ *The concepts of the natural science are true, not because they reproduce reality as it actually exists but because they represent what holds validly [author's emphasis] for reality. If this condition is satisfied, there is no longer any reason to require that natural science encompass reality itself.* (Rickert, 1929/1986, p. 44.)

Esse pressuposto afirma que o domínio da verdade não é a questão de sua existência independente do sujeito cognoscente, mas sua coerência enquanto guarda validade para a realidade transcendente, coerência esta vista inalienavelmente como um valor e genuinamente transcendente (Staiti & Oliva, 2022). Como já mostrado, tal tese pressupõe que os valores não são reais ou mentais, mas existem na qualidade dos conceitos. Portanto, não é possível que tenham suas propriedades reproduzidas da realidade. Em vez disso, apenas é possível traçar relações que dizem respeito ao grau de validade ou invalidade de tais valores por meio dos conceitos (Rickert, 1929/1986). Dizendo de outro modo, como comenta Oakes (1986), adotar a teoria da verdade enquanto coerência, nessa acepção da Escola de Baden, significa assumir que não existem condições satisfatórias para afirmar a existência ou inexistência do que é real, mas apenas condições para dizer o que se sustenta ou não enquanto afirmações que guardam validade para a realidade, porque a coerência enquanto valor é uma entidade ideal, nem real nem mental. Por conseguinte, um enunciado não reproduz ou corresponde às propriedades do objeto ao qual se refere, porque não é possível dizer quais de suas características existem em si mesmas (afinal, a realidade é um todo irracional), mas é possível oferecer significados sobre quais propriedades guardam validade (i. e., coerência segundo certos valores, interesses e metas cognoscitivas).

Resumo do Debate Contemporâneo na Filosofia da Ciência

Na Filosofia da Ciência contemporânea, duas classificações gerais são utilizadas para referirmo-nos ao conhecimento científico, viz., ciências formais e ciências empíricas.

A primeira, como a lógica e a matemática, é aquela que trabalha com objetos de caráter exclusivamente racional, e não envolve objetos advindos da experiência. Já a segunda diz respeito ao tipo de conhecimento que investiga eventos e fenômenos advindos da experiência,

sendo esses direta ou indiretamente observáveis (i. e., apresentando dados públicos acerca de um objeto de estudo específico; Abbagnano, 2007; Oliva, 2003).

Nesse sentido, como defende Oliva (2017) em seu balanço crítico sobre as reconstruções das ciências empíricas pelos filósofos da ciência, a Filosofia da Ciência, ao longo de sua história moderna e contemporânea, é marcada pela diversidade e apresenta certos impasses ainda à espera de solução em certos aspectos, como nas reconstruções racionais de suas considerações sobre a prática das ciências empíricas, os decursos históricos da relação de suas principais ideias, suas formalizações intelectivas e seus pressupostos filosóficos, nos sete principais casos seguintes: na separação vs. imbricação entre internalismo e externalismo; na existência vs. inexistência de critério de cientificidade; no estabelecimento de metodologias universais vs. procedimentos dependentes de enquadramento teórico; no atomismo vs. holismo semântico-metodológico; no observacionalismo vs. teorismo; no modelo indutivo vs. dedutivo de explicação e predição e, por fim, no progresso cumulativo vs. revolução permanente.

Entremeado a todos esses casos em disputa, assim, o debate geral contemporâneo em Filosofia da Ciência define-se enquanto uma oposição entre os posicionamentos relativistas, defensores de uma significação polissêmica para o termo ‘ciência empírica’, e os defensores de uma acepção unitária e uniformizadora que caracterizaria e distinguiria as ciências empíricas de outros modos de obtenção de conhecimento válido. É nesse sentido que, como os trabalhos de Chalmers (1993, 1999) e Castañon (2007) já mostraram desde o início deste século, o centro da discussão geral atualmente orbita entre essas duas tradições.

Os posicionamentos que apresentam a ciência moderna como um conceito polissêmico são atrelados à grande e multifacetada tradição relativista, ou descritivista. Ela está aderida ora mais, ora menos às ideias de Thomas Kuhn (1922-1994) – como, por exemplo, as variadas formas de historicismo, de economicismo ou o

Programa Forte em Sociologia da Ciência. Nesse sentido, Castañon (2007) julga que, em linhas gerais, essa tradição defende a inexistência de aspectos de racionalidade universal e a-histórica nas teorias e práticas científicas. As escolhas e decisões tomadas por cientistas seriam exclusivamente guiadas pelas atribuições de valores e visões de mundo que a comunidade científica, um grupo específico de pesquisadores ou mesmo um único cientista concede a características ou consequências específicas de teorias particulares. A tradição relativista defende que não é possível haver um critério universal capaz de determinar o que é e como uma investigação científica deve ser feita. Ou seja, não há uma forma específica de investigação dos aspectos da realidade que confira às nossas crenças sobre o mundo e suas características maior confiabilidade, acurácia e/ou poder preditivo. O prestígio das ciências, para essa tradição, advém dos ensinamentos que uma certa cultura proporcionou para valorizar esse tipo de “saber”, não sendo fruto de qualquer característica intrínseca a uma forma específica de pesquisa, de produção de teorias mais eficientes para lidar com o mundo e/ou de teorias mais próximas à verdade.

Tal tradição confere atenção (às vezes exclusiva) ao caráter externalista (i. e., às questões relativas ao caráter psicológico, social, histórico e/ou econômico que contribuem para a criação e o desenvolvimento de determinada teoria). O relativismo centraliza, portanto, esforços ao exame das formas de descoberta de teorias científicas, e não às suas formas de justificação lógica e teórico-conceituais (Castañon, 2007; Chalmers, 1999). Essa tradição também é constituída por um conjunto de abordagens descritivistas de resposta à problemática da ciência, buscando soluções a partir de descrições sobre como de fato a ciência acontece (i. e., como o empreendimento científico foi ou é praticado). Por conseguinte, suas abordagens são delineadas por investigações em História e Sociologia da Ciência e distanciam-se da Filosofia da Ciência tradicional por buscarem responder a perguntas do tipo “como na prática é feita essa atividade que cha-

mam de ciência?” (Castañon, 2007, p. 94; Oliva, 2003, p. 14).

Já os posicionamentos que concebem a ciência moderna como um conceito singular apresentam um caráter prescritivo acerca das ciências empíricas, orbitam em torno das ideias de Karl Popper (1902-1994) e estão, assim, atualmente vinculados à tradição racionalista crítica em diálogo com algumas teses do Positivismo Lógico⁷. Desse modo, a acepção unitária de ciência empírica diz respeito à ciência moderna na medida em que a concebe a partir de um critério único, universal e atemporal que identifique uma teoria como científica e caracterize essa atividade como uma forma particular e epistemicamente mais privilegiada de investigação da realidade intersubjetiva. Para essa tradição, a ciência moderna é uma forma particular de investigação das coisas do mundo de maior prestígio epistêmico (por mais limitados que muitas vezes sejam seus resultados), uma vez que suas afirmações derivam de pesquisas

⁷ O empirismo tradicionalmente associado ao Positivismo Lógico não ocuparia o centro do debate na Filosofia da Ciência contemporânea, restando-lhe ou um caráter à margem das principais discussões do campo, ideias isoladas, diluídas e de caráter secundário ou à mercê das tentativas racionalistas críticas de estabelecimento do critério atemporal e universal para avaliação do estatuto epistêmico de uma determinada hipótese ou teoria científica (Castañon, 2007; Chalmers, 1993). Em outras palavras, por parte dos que concebem a ciência moderna em acepção uníssona e unitária, o Racionalismo Crítico estaria no primeiro plano (fazendo direto contraste ao relativismo) ao invés do Positivismo Lógico, principalmente porque teria resolvido uma questão fundamental relacionada ao conhecimento científico, nomeadamente, seu critério de cientificidade. Assim, conforme apontado por Popper (1934/1972, 1972/1975, 1963/2008), o critério de demarcação entre o que diferencia uma ciência empírica de outras formas de conhecimento (como os sistemas de afirmações matemáticas, lógicas ou metafísicas) é o grau de falsificação lógica e empírica de uma teoria que ainda não foi refutada – ao invés do grau de confirmabilidade indutiva de uma teoria pelos fatos empiricamente verificados, como alegou o Empirismo Lógico (cf. Oliva, 2003; Penna, 2000; Shermer, 2005).

que conferem ao intelecto humano crenças mais eficientes para lidar com a natureza, mais seguras por estarem mais próximas à verdade e com maior poder explicativo e preditivo (Castañon, 2007; Chalmers, 1993).

Como defendido por Popper (1972/1975, 1967/2004), sem negar as influências dos aspectos psicossociais, políticos e econômicos que delineiam as pesquisas empíricas, esse posicionamento filosófico enfatiza, majoritariamente, os aspectos lógicos e empíricos do empreendimento científico. Dessa maneira, os defensores de uma aceção unitária e uniformizadora das ciências empíricas centram-se no exame dos procedimentos empregados no processo de validação de uma teoria científica (i. e., nas análises lógicas de caráter interno de teorias e suas adequações com as descobertas e os dados empíricos). Os maiores esforços desse posicionamento, portanto, voltam-se para as formas de validação que justificam a identificação e caracterização de teorias (Oliva, 2003, 2017). Essa tradição também é caracterizada enquanto abordagem prescritivista em razão de buscar solucionar a problemática da ciência dispondo de afirmações que tratam sobre o que uma coisa deve ser para que seja distinguida enquanto ciência, ou na qualidade de outra forma de conhecimento. Procura, desse modo, responder a perguntas do tipo “o que uma coisa deve ser, em última instância, para que seja ciência?”. De caráter internalista, essa tradição se dedica ao estudo da ciência enquanto empreendimento racional, interessando-se de modo secundário por toda e qualquer dimensão não-filosófica da ciência empírica (Castañon, 2007; Oliva, 2003, 2017).

A partir do exposto, julga-se aqui, como ampla e atualmente considerada, que uma apropriada forma de conceber o embate atual ocorre da seguinte maneira: as abordagens descritivistas e prescritivistas não se referem necessariamente à mesma esfera de problemas, mas buscam responder questões de dimensões distintas. As abordagens com foco predominante ou exclusivo na dimensão externa das hipóteses e teorias científicas encontram-se no domínio da História, Sociologia, Antropologia ou Psicologia da Ciên-

cia quando a atividade científica é apresentada como o objeto de estudo da investigação. Assim, buscar respostas para perguntas que procuram descobrir como ocorre na prática o empreendimento que as pessoas chamam de ciência não está no escopo direto da Filosofia, mas sim no de outras disciplinas.

É importante apontar também que, quando há a procura por descobrir o que deve ser conhecido em última instância como ciência, ou seja, a natureza formal última de uma coisa que é abstratamente conhecida como ciência, faz-se uma busca prescritiva pertencente ao bojo da Filosofia da Ciência. Como colocado por Castañon (2007), em consonância com a atitude filosófica do Racionalismo Crítico, é impossível ter um posicionamento puramente descritivista, pois em qualquer investigação sobre algum aspecto do mundo, já se tem alguma ideia, por mais vaga que seja, do que esse objeto é ou deve ser. Nesse sentido, toda postura descritivista assume, explícita ou implicitamente, uma ideia prescritiva mínima do objeto que está sendo procurado, o que é, no caso, a ciência moderna na atualidade. Então, o que cabe, em termos estritamente filosóficos ou internalistas, é realizar, na medida da razão e de suas condições de operação, tentativas por prescrições que orientem de modo mais verossímil a busca de afirmações e imagens mais seguras acerca da ciência moderna, a partir da definição mínima e caracterização do que ela seja em última instância⁸.

⁸ Ressaltamos, como também considerado por Castañon (2007), que esse posicionamento prescritivista não nega o interesse descritivo da atividade científica, mas apenas o reinsere em um caráter secundário em estudos filosóficos, uma vez que declarações descritivas apresentam a importância fundamental de balizar e ilustrar o quanto a prescrição está mais adequada e próxima, ou menos adequada e mais distante, de como a ciência é executada pela maioria dos cientistas. A atitude prescritivista concebida dessa maneira, portanto, tem um objetivo duplo, a saber, o de buscar conhecimento da forma mais segura e mais eficiente possível e evitar que suas afirmações sejam formalizadas em um enquadramento

Definição Mínima de Ciência Moderna e algumas de suas Principais Características

No que diz respeito às características nucleares da ciência moderna relevantes para traçarmos relações com o tipo de pesquisa nomotético, consideramos aqui os seguintes atributos em conformidade com o prescritivismo racionalista crítico: (a) a forma sistêmica de organização dos enunciados; (b) a objetividade; (c) a incompletude, autocorrigibilidade e falibilidade do conhecimento produzido; (d) a existência de métodos e processos gerais de investigação; assim como (e) diferenciados tipos de explicação à luz da perspectiva pluralista de explicação. Essas características serão sumarizadas a seguir.

A ciência moderna apresenta:

1. A forma sistêmica de organização de seus enunciados que exprime uma rede teórico-conceitual e um conjunto de regularidades acerca de objetos específicos da realidade. Em outras palavras, tem um corpo organizado de afirmações que se conformam em teorias e hipóteses logicamente válidas: compatíveis entre si, sem contradições e, preferencialmente, livres de lacunas. Em complemento, apresenta também conteúdo empírico (i. e., algum grau de correspondência entre seus enunciados e os aspectos da realidade aos quais se dirigem; Abbagnano, 2007; Nagel, 1961; Oliva, 2003; Popper, 1934/1972, 1967/2004; Rosenberg, 2012).

Outra característica geral é:

2. A objetividade, na medida em que seus principais métodos de estudo (os experimentos) são replicáveis e publicamente controláveis (Nagel, 1961; Popper, 1934/1972; Shermer, 2005). Por objetividade, assim, significa afirmar que tais métodos de investigação

são replicáveis por carregarem consigo dados públicos sobre seus objetos de pesquisa, aos quais são passíveis de serem intersubjetivamente submetidos a testes (Krüger, 1984; Nagel, 1961; Popper, 1934/1972, 1967/2004). É nesse sentido que a objetividade da ciência não depende da objetividade dos cientistas que a praticam (Popper, 1967/2004; Shermer, 2005). Ou seja, a ciência moderna é objetiva (ou intersubjetiva) na medida em que os efeitos de seus objetos de investigação, seus próprios objetos de estudo, assim como suas hipóteses e teorias, são concebidos somente à luz das estruturas lógico-linguísticas e imagéticas formuladas para descrevê-los, explicá-los e predizê-los independentemente de características psicológicas e/ou psicossociológicas de quem as elabora – estando, no entanto, submetidas às condições cognitivas humanas.

Na sequência,

3. A incompletude, autocorrigibilidade e falibilidade de seu conhecimento produzido também são marcas contemporâneas da ciência moderna à luz da tradição racionalista crítica. Apresentando abertura constante à crítica lógica, à adequabilidade empírica, a correções metodológicas e instrumentais, bem como a revisões de suas conclusões, o conhecimento científico mantém o caráter conjectural, provisório e, portanto, logicamente contingente de seus sistemas de enunciados (Hegenberg, 1969; Oliva, 2003; Popper, 1934/1972, 1967/2004, 1963/2008; Shermer, 2005). Como aponta Abbagnano (2007), está incluída no conhecimento científico a garantia de sua própria validade pelo seu caráter de autocorrigibilidade por meio da flexibilização do pressuposto clássico de alcançar o grau máximo de certeza em oposição radical à opinião. Ou seja, a ciência moderna não apresenta o pressuposto epistemológico do conhecimento absolutamente correto e totalmente demonstrável nas suas séries de teorias con-

filosófico que em nada guardem correspondência com os aspectos da realidade aos quais alegam dizer respeito.

cluídas a partir de certos conjuntos de testes – como classicamente pressupunha o Positivismo comteano contra o qual os neokantianos de Baden se opunham. O que se pressupõe contemporaneamente é a característica da falibilidade da ciência, que apresenta seu cânone com a proposta falsificacionista do Racionalismo Crítico. As teorias, hipóteses e modelos integram (ou não) o campo científico pelo caráter de gerarem (ou não) consequências passíveis de falsificação (Abbagnano, 2007; Hegenberg, 1969; Popper, 1934/1972, 1967/2004, 1963/2008; Shermer, 2005). Assim, uma hipótese, teoria e/ou modelo é falsificável se existe uma afirmação qualquer logicamente possível e com consequências empíricas testáveis que, se estabelecida como verdadeira, implica em sua rejeição como falsa (Popper, 1934/1972, 1972/1975, 1963/2008).

Nesse sentido, a ciência moderna deve, se se procura por conjuntos de assertivas seguras sobre a realidade, buscar demonstrar que suas séries de teorias sistematizadas e suas predições correspondentes são falsas, a partir de todo arsenal lógico, matemático e técnico disponível, assim como seus enunciados devem ser passíveis de substituição por teorias preditivas ainda não refutadas (Popper, 1934/1972, 1972/1975). Desse modo, também se busca alcançar teorias mais aptas a predizer os fatos que as teorias anteriores não eram capazes ou mesmo eram improváveis de obter; teorias que explicam e predizem os mesmos fatos que as anteriores, bem como teorias que apresentam um conteúdo provisoriamente corroborado (Lakatos, 1970/1979; Popper, 1934/1972, 1972/1975).

Em continuidade, a ciência moderna também possui

4. Métodos de investigação estabelecidos basicamente por ‘tentativa e erro’, envolvendo a manipulação de variáveis e delineados segundo algum objeto de estudo, nível e unidade de análise específicos, fatos e uma

série de teorias e modelos corroborados considerados relevantes para estudá-los. As ciências empíricas denotam, desde pelo menos o século XVII, como indica Grant (2009), o uso de testagem de suas conjecturas em condições controladas. Desse modo, um experimento deve ser preferencialmente realizado para aferir o grau de verossimilhança de tais alegações feitas sobre as operações de seu objeto de estudo, utilizando-se também de métodos de observação e de instrumentos quantitativos de medida cada vez mais acurados e aprimorados em eficácia, eficiência e precisão (Abbagnano, 2007; Hegenberg, 1969; Nagel, 1961; Oliva, 2003; Popper, 1934/1972, 1967/2004, 1963/2008; Rosenberg, 2012; Shermer, 2005). Caracterizando-se, desse modo, pelo uso de métodos de investigação baseados em manipulação de variáveis, a ciência moderna também apresenta processos gerais de investigação próprios segundo os quais elaboram conjuntos de explicações e, sobretudo, predições por meio do controle dos efeitos publicamente produzidos pelos fenômenos por ela estudados⁹.

Nesse sentido, a ciência moderna assim caracterizada é concebida enquanto uma forma de conhecimento que busca pelo manejo e intervenção dos aspectos da natureza que toma como objeto. Isso significa dizer que tem como obje-

⁹ Esse ponto, acerca dos variados procedimentos gerais de investigação e tipos de explicação, talvez seja o de maior dissenso na Filosofia da Ciência contemporânea, tanto por ser um tema em aberto, abrangendo a defesa e discussão de teses que não partem necessariamente dos mesmos pressupostos sobre as ciências empíricas (Rosenberg, 2012) quanto por envolver impasses entre relativistas e prescritivistas e mesmo entre aqueles que defendem uma visão unitária e unificada de ciência (Oliva, 2017). Contudo, consideramos aqui os procedimentos empíricos em seus termos gerais que lhes conferem consensos e distinções concernentes a outros processos de obtenção de conhecimento, como o filosófico, o religioso ou o senso comum.

tivo exercer algum poder sobre os fenômenos estudados por ela, segundo interesses sociais distintos que influenciam e dirigem o comportamento dos cientistas e o contexto de uso de suas produções (eg., aprimorar a produtividade do trabalho humano ou criar e sofisticar técnicas que busquem o desenvolvimento do bem-estar coletivo e individual; Castañon, 2007; Krüger, 1984; Oliva, 2003). Ademais, ao conceber a natureza no caráter de objetos próprios de estudo, é pretensão da ciência moderna descobrir, analisar, explicar, prever e manejar as ocorrências da realidade (Figueiredo & Loureiro, 2018; Hempel, 1970; Oliva, 2003). A partir disso, as ciências empíricas também buscam pela aliança entre explicação, predição e manipulação dos objetos investigados por ela (Hegenberg, 1969; Oliva, 2003).

Desse modo, sob o estrito ângulo da Filosofia da Ciência, o principal propósito do conhecimento científico é descobrir, mediante linguagem clara, precisa e sempre que possível matemática, as regularidades (leis ou disposições) presentes nos fenômenos por ele estudados, bem como novos fatos. É nesse sentido que, na concepção de descoberta de leis científicas, estas devem ser verossímeis às leis naturais e os fatos antes desconhecidos devem se tornar inteligíveis à sua luz (Castañon, 2007; Mora, 1994; Oliva, 2003; Popper, 1934/1972). Esse último objetivo indica que, apesar de seu eminente caráter prático, a ciência moderna se compromete também com a busca por afirmações verossímeis acerca da realidade intersubjetiva (Popper, 1972/1975, 1963/2008). Assim, ela não aspira à descoberta de o que são ou como é possível que sejam em última instância os objetos da realidade sobre os quais se debruça, mas sim à descoberta do porquê algo acontece de uma certa maneira (na demanda das *why-questions*, i. e., das condições necessárias e suficientes para a ocorrência de um fato; Hegenberg, 1969; Hempel, 1970); de como algo ocorre de um certo modo (guiada pelas *how-questions*, i. e., das condições necessárias para a ocorrência de um tipo de fenômeno; Thagard, 2003), e/ou pela descoberta das condições necessárias da possibilidade de um even-

to real (orientada pelas *how-possibly questions*; Castañon, 2021).

Dado o exposto, uma vez que todos os pontos aqui descritos são admitidos enquanto atributos que minimamente caracterizam a forma de conhecimento chamada de ciência moderna, é possível apontar que ela permite, ao menos, uma aproximação ao conhecimento universalmente válido e empiricamente refutável. Assim, na esteira prescritivista do Racionalismo Crítico, uma definição mínima de ciência empírica pode ser dada como se segue. A forma de conhecimento atualmente reconhecida como ciência moderna é aquela que ambiciona formular teorias ou modelos gerais (leis ou mecanismos universais) que exprimem regularidades e sejam capazes de descobrir, descrever, explicar e prever, de forma cada vez mais verossímil, os fenômenos da realidade intersubjetiva. Dessa maneira, tal forma de conhecimento apresenta seus enunciados organizados sistematicamente; sob o crivo de testes empíricos rigorosos; é intersubjetiva; apresenta variados tipos de explicação segundo tipos de perguntas diferenciadas; assim como apresenta hipóteses falíveis mediante linguagem clara e precisa à luz de afirmações lógicas e, sempre que possível, matemáticas.

Alguns dos Principais Pressupostos Filosóficos da Ciência Moderna

Em consonância com a atitude racionalista crítica, assumimos que todo o corpo teórico do conhecimento científico carrega consigo pressupostos filosóficos que dizem respeito à natureza formal última acerca de suas dimensões. É impossível elaborar teorias científicas não compromissadas com certos pressupostos ônticos, epistêmicos, metodológicos, semânticos, axiológicos, éticos e antropológicos. Uma vez que definamos a ciência moderna como fizemos anteriormente, certos compromissos filosóficos são suas condições de possibilidade.

Enquanto a mais básica das suposições do conhecimento científico, resumizamos aqui

1. O realismo ontológico crítico. Esse pressuposto diz respeito à existência objetiva (i. e., intersubjetiva) de todo e qualquer objeto pesquisado. Nessa perspectiva, toda a empreitada científica pressupõe que os objetos por ela investigados, em algum nível e ao menos em alguns de seus aspectos, apresentam existência independente do pesquisador (Castañon, 2007; Figueiredo & Loureiro, 2018; Krüger, 1984). No entanto, na esteira racionalista crítica, o realismo atualmente apresenta-se em sua formulação crítica. Isso significa dizer que as representações cognoscitivas referentes aos específicos objetos da ciência não são idênticas a esses próprios objetos, mas são resultantes da própria impressão provocada por eles e pela influência dos processos cognitivos próprios de seus pesquisadores (como as expectativas sobre como tais objetos de estudo se comportam e os aparatos fisiológicos dos investigadores). Logo, o realismo ontológico crítico diz respeito à tese de que os objetos estudados existem, em alguns aspectos, de forma independente de seus pesquisadores à medida que as representações sobre eles (os modelos e as teorias descritivas, explicativas e preditivas) são influenciadas pelas características próprias das condições fisiológicas e psicológicas humanas e, assim, são construídas pelo ser humano em interação com a realidade (Castañon, 2007; Krüger, 1984).

O segundo pressuposto concerne

2. À regularidade de seus objetos de estudo. Isso significa afirmar que os aspectos da realidade intersubjetivamente estudados pelas ciências empíricas são compreendidos segundo a ideia de invariância e ordem (por meio de leis ou mecanismos) em pelo menos algum de seus aspectos. Desse modo, a ciência moderna aqui definida também pressupõe que seus objetos de estudo estão submetidos a padrões que existem e permanecem para além de seus aspectos acidentais. Esse

pressuposto, portanto, é o que permite às ciências descrever, explicar e, sobretudo, realizar previsões sobre a realidade, pois é logicamente impossível fazer descrições e/ou previsões de aspectos instáveis a priori (Armstrong, 1996; Castañon, 2007; Figueiredo & Loureiro, 2018; Hegenberg, 1969; Hempel & Oppenheim, 1948; Krüger, 1984; Rosenberg, 2012)¹⁰.

A ciência moderna, como aqui definida, também pressupõe necessariamente o conceito de

3. Causalidade vinculado ao de regularidade. Apesar da reformulação da crítica de David Hume (1711-1776) pelo projeto anti-metafísico do Positivismo Lógico e das discussões daí recorrentes que marcaram os anos seguintes, é hoje amplamente reconhecido que a ciência pressupõe o conceito de causa, assim como o princípio leibniziano da razão suficiente (Rosenberg, 2012; Woodward, 2019). Nestes termos, na qualidade de um conceito irrefutável (Popper, 1934/1972), define-se aqui que dizer que há uma relação causal entre A e B, em que A é a causa e B é seu efeito significa afirmar que (a) há uma regularidade, no sentido de que o efeito sempre se manifesta na presença da causa

¹⁰ Destacamos aqui, como faz Castañon (2021), que esse pressuposto não exige que um objeto ou fenômeno seja necessariamente regular em todos os seus aspectos, mas sim que essa estabilidade se dê em pelo menos alguma parte que permita sua descrição e/ou previsão, mesmo que seja apenas um padrão pelo qual implica certa variação. Assim, as formulações científicas precisam admitir que os objetos que por elas são contemplados apresentam regularidade em pelo menos algum de seus aspectos, estando ou submetidos a leis (cf. Armstrong, 1996; Hegenberg, 1969; Krüger, 1984; Castañon, 2007; Rosenberg, 2012), como nos casos dos tipos de explicações dedutivo-nomológicas ou possibilistas (cf. Castañon, 2021), ou a disposições e capacidades, como no caso da explicação mecanística/funcionalista (cf. Bechtel & Wright, 2012; Craver & Tabery, 2019; Cummins, 2010; Rosenberg, 2012; Wright & Bechtel, 2007).

(Hegenberg, 1969; Hempel, 1970; Rosenberg, 2012; Woodward, 2019); (b) há uma assimetria, de modo que o efeito depende da causa, mas não o contrário (Hegenberg, 1969) e que (c) há uma transitividade na relação, pois existe certa contiguidade espaço-temporal entre A e B, de maneira que, se a causa e o efeito estiverem separados no espaço e/ou tempo, eles se conectam por meio de uma cadeia de outros acontecimentos causalmente adjacentes (Hegenberg, 1969; Woodward, 2019).

Em continuidade,

4. O representacionismo é outra suposição básica aqui considerada em toda investigação da ciência moderna contemporânea. Esse pressuposto é definido pela tese de que é possível, ao menos aproximadamente, representar adequada e estavelmente a realidade por meio da linguagem (Castañon, 2007). Desse modo, esse pressuposto está diretamente implicado no primeiro aqui elencado, o realismo ontológico crítico. Visto que este é assumido por nossa linguagem e, em seus termos, é irrelevante qualquer caráter de arbitrariedade concerne à relação entre o significante e o significado, o realismo ontológico crítico é baseado na crença da existência de conceitos abstratos, como a própria ideia de ciência moderna (Castañon, 2007). Desse modo, torna-se impossível conceber a atividade empírica e teórica da ciência sem a pressuposição de que a linguagem na qual estão expressos os enunciados está apta, ao menos aproximadamente, a representar o aspecto da realidade que se busca referir (Castañon, 2007). Nesse sentido, o representacionismo também admite intrinsecamente a teoria da verdade por correspondência, resumida a seguir.

Segue-se, portanto, o pressuposto da

5. Teoria da verdade por correspondência. Ela afirma que é verdadeira aquela sentença cujas estruturas sintáticas e conteúdos

semânticos guardam correspondência com o estado de coisas da realidade ao qual se refere (Castañon, 2007; DeWitt, 2010). Em benefício da clareza, deve-se distinguir a definição do que é uma sentença verdadeira, da definição do critério para determinar se uma sentença é verdadeira. O segundo caso é a definição do critério de uma ciência de poder absoluto, que só pode ser estabelecido com segurança na Lógica e na Matemática. No que diz respeito às ciências empíricas, para o Racionalismo Crítico, a ideia de verdade é um princípio regulador (Popper, 1972/1975, 1963/2008). Essa escola não acredita que exista um critério capaz de estabelecer, de modo absoluto, se uma assertiva universal ou hipótese na ciência empírica é verdadeira, já que suas consequências são infinitas e não é possível, por isso, verificar todas. Uma vez que a busca pela verdade é um objetivo geral da ciência moderna, segundo Popper (1934/1972, 1972/1975, 1963/2008), o conhecimento cabalmente seguro e totalmente justificado é impossível para as ciências empíricas, na medida em que é impossível estabelecer qual teoria científica é ou não é verdadeira, pois não há como ter acesso de fato a todas as consequências empíricas possíveis dessa teoria. O que é possível é determinar, em dado momento histórico, qual das teorias disponíveis para explicar um fenômeno é a melhor, pois prevê mais e erra menos, oferecendo uma explicação da maior parte dos fatos disponíveis.

Assim, o Racionalismo Crítico concebe o conhecimento advindo da ciência moderna enquanto constituído de conjeturas, apresentando a verdade como um princípio regulador e a verossimilhança como aquilo que ela de fato pode oferecer (Popper, 1972/1975, 1963/2008). É no sentido de uma definição norteadora, mas não de um critério de obtenção da verdade, que a ciência empírica é capaz, por meio de conjeturas refutáveis, de buscar a verossimilhança de suas teorias. Ou seja, elaborar teorias que aumentem seu

conteúdo de verdade e diminuem o de falsidade, restando tão somente alguma certeza de que uma certa teoria se apresenta mais próxima da verdade do que outra (i. e., é mais verossímil do que outra). Nessa medida, a base para a atribuição do conteúdo de verdade de toda afirmativa falsa constitui-se na tese de que toda afirmativa falsa (ou todo erro) leva a uma classe de enunciados verdadeiros aos quais regulam os testes empíricos e a formulação de (novas) afirmações científicas (Popper, 1963/2008). É essa noção de verdade, portanto, que sustenta filosoficamente o caráter já exposto da incompletude, falibilidade e autocorrigibilidade do conhecimento produzido pela ciência moderna.

Por fim, o último pressuposto a ser considerado aqui é o da

6. Presença de pressupostos lógicos. Essa é também uma suposição assumida pela ciência moderna, uma vez que existem regras básicas e inalteráveis das operações do intelecto para a obtenção de qualquer argumento válido, incluindo aqueles considerados conhecimentos válidos (Castañon, 2007). Dizer que as ciências empíricas apresentam em suas teorias uma estrutura básica para a formulação de argumentos válidos quer dizer que elas estão subsumidas pelas regras inalienáveis da Lógica. Assim, embora a ciência moderna na atualidade tenha renunciado à pretensão clássica de obtenção de conhecimento absolutamente demonstrável (Abbagnano, 2007; Hegenberg, 1969; Popper, 1967/2004), não está excluída a condição fundamental de que todo o corpo linguístico da ciência necessita, ao menos, conter enunciados compatíveis entre si e preferencialmente não lacunares (Castañon, 2007).

Em que Sentido Podemos Afirmar que a Ciência Moderna é uma Abordagem Nomotética?

Mostramos que há diferenças contextuais que evidentemente separam os movimentos do

Neokantismo e do Racionalismo Crítico enquanto escolas de pensamento acerca das ciências empíricas, seja no caráter histórico seja no teórico-filosófico. No entanto, com base em nossa revisão, propomos que é possível estabelecer relações teóricas entre o tipo de pesquisa nomotética e a ciência moderna. Analisaremos aqui as relações lacunares, de incompatibilidade e de compatibilidade presentes entre elas, com ênfase na dimensão epistemológica.

O conceito de investigação nomotética é mais amplo que o de ciência moderna. Em outras palavras, podemos afirmar que toda prática científica moderna é uma investigação nomotética, mas nem toda investigação nomotética é ciência moderna. Uma condição necessária à investigação nomotética é a busca por leis gerais que regem os fenômenos que investiga. Portanto, podemos considerar, sem dificuldade, a Psicanálise freudiana uma abordagem nomotética da Psicologia por exemplo. No entanto, a ciência moderna se caracteriza não só por buscar leis gerais que regem os fenômenos, mas principalmente pelo método através do qual busca essas leis, método que não é seguido pela Psicanálise freudiana.

Consideramos que os pressupostos acerca da verdade mostram-se, em parte, compatíveis e, em parte, incompatíveis entre essas duas tradições. Uma vez que a teoria da verdade por correspondência assume a coerência lógica, concepção adotada pelos neokantianos na teoria da verdade como coerência (valor), a ciência moderna não nega a teoria da verdade assumida pela investigação nomotética. No entanto, o inverso não é verdadeiro. A negação da teoria da verdade como correspondência é pressuposta pelos neokantianos. Uma vez que são admitidos os pressupostos da fenomenologia da realidade e da impossibilidade cognoscitiva de declarações suficientemente holistas para reproduzir intensiva e extensivamente a realidade, bem como pressupõe-se que verdadeiras apenas são as sentenças que carregam consigo validade para a realidade conforme certos valores e interesses cognoscitivos, nega-se a teoria da verdade por correspondência típica da ciência moderna.

No que diz respeito à objetividade do conhecimento científico, as pesquisas empíricas pressupõem estruturas formais que são comuns ao sujeito cognoscente, tanto para os neokantianos de Baden quanto para o Racionalismo Crítico. Contudo, há aqui uma lacuna, pois os neokantianos de Baden pressupõem a fenomenologia da realidade não como um pressuposto ontológico, mas como uma suposição da experiência humana no mundo, que somente de modo intensivo pode alcançar a objetividade do conhecimento científico; ao passo que o Racionalismo crítico pressupõe o realismo crítico no caráter de tese preempitoriamente ontológica (segundo a qual a realidade pode ser aproximadamente descoberta, descrita, explicada e predita ao se manifestar em parte independente e em parte em interação com o sujeito cognoscente).

Em acréscimo, ao considerarmos o pressuposto do representacionismo, afirmamos que há incompatibilidade entre a ciência moderna e o procedimento nomotético definido pelos neokantianos de Baden. Isso porque a tese representacionista afirma que é possível, ao menos aproximadamente, representar adequada e estavelmente a realidade por meio da linguagem e, portanto, do uso de conceitos. Já os filósofos da Escola de Baden negam a possibilidade de descrever e, portanto, representar ao menos aproximadamente a realidade de modo estável e adequado. Isso acontece quando adotam a suposição da fenomenologia da realidade, a teoria da formação de conceitos e dos interesses cognoscitivos, assim como a teoria da verdade exclusivamente como coerência (valor). Nesse sentido, seguindo sobretudo o princípio lógico da não-contradição, não é possível conceber concomitantemente que a realidade seja (aproximadamente) descrita pela linguagem, significada por meio de conceitos somente de modo intensivo segundo metas cognoscitivas que são exclusivamente valores para o sujeito cognoscente e que a linguagem não seja capaz de representá-la.

Assim, continuando no campo ontológico da discussão, julgamos aqui a presença de outro ponto lacunar e sub-repticiamente incompatível entre a tese da fenomenologia da realidade

assumida pela Escola de Baden e a tese do realismo ontológico crítico assumida pela ciência moderna. O aspecto lacunar é a impossibilidade de formalizar uma relação clara entre esses dois pressupostos, porque, como afirmado, a fenomenologia da realidade não é uma tese propriamente ontológica, mas sim acerca da experiência humana no mundo, enquanto o realismo ontológico crítico é uma tese ontológica. Contudo, o aspecto incompatível entre esses dois pressupostos está sub-repticiamente contido na contradição lógica de aceitar ao mesmo tempo o realismo ontológico crítico da ciência moderna e a assunção neokantiana da irracionalidade da realidade e a falta de um critério que seja capaz de descrevê-la em sua totalidade e multiplicidade infinita. Isso leva à conclusão de que apenas os valores e interesses cognoscitivos existem como critérios capazes de formar concepções que ditam as investigações humanas. Em outras palavras, em virtude do princípio lógico da não-contradição, não é possível ao mesmo tempo assumir que os fenômenos da realidade têm uma racionalidade intrínseca passível de ser intersubjetivamente alcançada e assumir que não há critérios que sejam capazes de qualificar o conhecimento de todos os fenômenos da realidade como um todo múltiplo e infinito.

Ademais, vale acrescentar que tanto as investigações nomotéticas quanto as da ciência moderna pressupõem aspectos inalteráveis da realidade. Contudo, enquanto as pesquisas especificamente nomotéticas os concebem enquanto aspectos intrínsecos ao sujeito cognoscente, o Racionalismo Crítico os concebe como aspectos universais que permitem a própria existência de suas investigações.

Estabelecidos com maior destaque os pontos incompatíveis e lacunares dos pressupostos sobre as investigações nomotéticas e as investigações empíricas da ciência moderna à luz do prescritivismo racionalista crítico, agora indicaremos suas características equivalentes. Ambos se caracterizam pelo propósito de buscar e estabelecer os padrões (nas formas de leis ou generalizações) responsáveis pela regularidade presente em uma série de eventos ou fenômenos acerca

da realidade. Para isso, formulam hipóteses e organizam sistematicamente seus enunciados segundo as regras da lógica. Do mesmo modo, buscam descobrir, explicar e, geralmente, prever eventos da realidade, fazendo-o por meio de relações conceituais do tipo ‘se-então’ ou de explicações que descrevem generalizações entre certas entidades (leis ou mecanismos) e suas manifestações no mundo.

Nesse sentido, enquanto que em relação às investigações nomotéticas diz-se que se faz uso de abstrações (i. e., de julgamentos hipotéticos; existentes para além da experiência imediata e situacionalmente vivida) que buscam descobrir, explicar e prever os fenômenos da realidade, concernente à ciência moderna, diz-se que há a utilização de conjuntos de afirmações (ou de esquemas de mecanismos) e condições antecedentes relativamente provisórias que implicam causalmente um evento, sua possibilidade, um efeito ou fato particular já ocorrido ou ainda não conhecido em um dado tempo no futuro. Além disso, como apontado, ambos se caracterizam pelo aspecto intersubjetivo de suas afirmações, o que significa também dizer que ambos apresentam um caráter não-psicologista das hipóteses e teorias formuladas para descobrir generalizações, com o acréscimo de que a ciência moderna atualmente se qualifica pela incompletude, auto-corrigibilidade e pela falibilidade da produção de seu conhecimento (i. e., abertura à crítica lógica, adequabilidade empírica, correções metodológicas e instrumentais de suas conjecturas compreendidas enquanto provisórias e logicamente contingentes).

Desse modo, apesar de pertencerem a distintas tradições filosóficas e da existência de incompatibilidades e lacunas entre elas, há uma substancial compatibilidade entre o que consideramos investigação nomotética e a ciência moderna, particularmente em relação aos objetivos. Logo, uma investigação nomotética (i. e., a busca e o estabelecimento de padrões presentes em fenômenos da realidade por meio de métodos empíricos, bem como da formulação logicamente sistematizada de hipóteses e teorias sobre os

fenômenos do mundo em relações conceituais do tipo ‘se-então’) não pressupõe, necessariamente, a fenomenologia e a irracionalidade da realidade; a teoria da formação dos conceitos; a teoria dos interesses cognoscitivos e a teoria da verdade como valor (exclusivamente como coerência). Dessa maneira, defendemos aqui que é logicamente adequado assumir a ciência moderna como um tipo de investigação nomotética.

Dessa maneira, defendemos aqui que é logicamente adequado assumir que os pressupostos metafísicos racionalistas críticos da ciência moderna podem pertencer à investigação nomotética. Nesse sentido, é contingentemente válido assumir que toda investigação nomotética carrega implicitamente consigo as seguintes suposições metafísicas: realismo ontológico crítico; regularidade do objeto; causalidade; representacionismo; uso de regras lógicas e a teoria da verdade por correspondência na acepção racionalista crítica. Isso é possível porque sendo a investigação nomotética um tipo de pesquisa que busca estabelecer, explicar e prever os padrões que são responsáveis pela regularidade de um certo conjunto de eventos por meio de hipóteses e teorias sobre a realidade, é coerente afirmar que, para fazer isso, ela pressuponha que a realidade tenha aspectos regulares em ao menos alguma de suas partes e que a realidade exista em partes independentes do observador. Ademais, também é coerente presumir que seus enunciados (suas teorias, hipóteses e modelos) são logicamente sistematizados; apresentam formatos descritivos, explicativos e preditivos; referem-se à realidade ao menos em parte e, portanto, guardam correspondência ou não com os aspectos da realidade aos quais dizem respeito em uma relação de graus de verossimilhança, bem como por meio de representações minimamente adequadas e estáveis da linguagem. A partir de todas as considerações aqui presentes, portanto, afirmamos que a investigação científica moderna é compatível com a investigação nomotética somente no aspecto epistêmico-metodológico (nos termos prescritivistas do Racionalismo Crítico). No entanto, nem toda investigação nomotética

equivale à investigação científica, uma vez que algumas buscas de leis da realidade não seguem seus métodos, como podemos ver na Psicanálise freudiana.

Considerações Finais

Procuramos aqui relacionar alguns dos principais pressupostos e características teóricas da investigação nomotética e da ciência moderna segundo o Racionalismo Crítico. O objetivo foi dirimir mal-entendidos e confusões conceptuais acerca de suas definições e caracterizações, a partir da análise do significado original (neokantiano) da categoria ‘nomotético’ em consideração a algumas recepções de tal conceito ao longo do século passado na Psicologia.

Devido às particularidades dos contextos teórico-filosóficos e histórico-culturais do Neokantismo sobre a taxonomia idiográfico-nomotética, Holt (1962) defende que a concepção nomotética acerca do entendimento das ciências empíricas deve ser rejeitada por significar uma caricatura sobre o trabalho dos cientistas, de maneira que a utilização de tal termo apenas é justificada se mudarmos sua definição original, tornando-se, assim, redundante e desnecessário referirmo-nos à atividade dos cientistas como nomotética.

No entanto, concluímos aqui que a categoria nomotética apresenta dois níveis distintos, a saber, um original (neokantiano) e um relativo à sua recepção ao longo da história das ideias, marcado por apropriações e variações particulares de acordo com certos autores, como os indicados aqui. Assim, a partir de nossa revisão e análise, identificamos que, de modo geral, o uso contemporâneo conferido às chamadas abordagens nomotéticas, sobretudo como categorias de compreensão sobre as escolas da Psicologia contemporânea, pode ocorrer em duas acepções distintas. Primeiramente, de modo *lato sensu* ou metafórico, como uma espécie de jargão acadêmico que, ao usar o termo ‘nomotético’, não considera sua definição, características e pressupostos neokantianos, mas somente aponta para

uma definição de inflacionado caráter metodológico, e podendo estar mais ou menos dependente da significação conferida de acordo com certo autor que é tomado como base, como G. W. Allport por exemplo. Já a outra acepção diz respeito ao uso *stricto sensu* que esperamos ter oferecido aqui, auferindo à concepção nomotética maior rigor e precisão conceitual.

Esperamos ter mostrado que, apesar das discrepâncias históricas, lacunas e incompatibilidades apresentadas, a ciência moderna é um tipo de investigação nomotética, embora nem toda investigação nomotética seja ciência moderna. Os conceitos não são totalmente equivalentes entre si, mas são compatíveis. Concluímos que é adequado afirmar que toda pesquisa da ciência moderna é epistemologicamente compatível e metodologicamente equivalente ao tipo de investigação nomotética se e somente se:

1. Por ‘pesquisa nomotética’ se defina a busca por padrões e formulações de generalizações que são responsáveis pela regularidade apresentada por um conjunto de eventos ou fenômenos acerca da realidade.
2. ‘Ciência moderna’ seja minimamente definida pela forma de obtenção de conhecimento que aspira formular teorias ou modelos gerais que exprimem de modo cada vez mais verossímil as regularidades dos fenômenos intersubjetivos da realidade.
3. A investigação nomotética pressuponha o realismo ontológico crítico, a regularidade do objeto, a causalidade, o representacionismo, o uso de regras lógicas e a teoria da verdade por correspondência na acepção racionalista crítica.

Contribuição dos autores

Este artigo é derivado de pesquisa de mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Juiz de Fora feita por José Olavo Smanio Brando sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Arja Catañon. Assim, em sua confecção, ambos leram, escreveram, editaram e contribuíram para seu conteúdo.

Conflitos de interesse

Os autores declaram não haver conflito de interesses relacionado à publicação deste manuscrito.

Referências

- Abbagnano, N. (2007). Ciência (A. Bosi & I. C. Benedetti, Trans.). In *Dicionário de Filosofia* (pp. 136–140). Martins Fontes.
- Araujo, S. F. (2012). Entre a História, a Filosofia e a Psicologia: Introduzindo um campo de pesquisa interdisciplinar. In S. F. Araujo (Org.), *História e filosofia da Psicologia: Perspectivas contemporâneas* (pp. 11–14). Editora UFJF.
- Armstrong, D. M. (1996). Laws of nature. In D. M. Borchert (Ed.), *Encyclopedia of Philosophy* (pp. 225–228). Thomson Gale Corporation.
- Bechtel, W., & Wright, C. (2012). What is psychological explanation? In J. Symons & P. Calvo (Eds.), *The Routledge companion to Philosophy of Psychology* (pp. 113–130). Routledge.
- Beck, S. J. (1953). The science of personality: Nomothetic or idiographic? *Psychological Review*, 60(6), 353–359. <https://doi.org/10.1037/h0055330>
- Block, B. J. (1981). What is philosophy of psychology? In N. Block (Ed.), *Readings in Philosophy of Psychology: Vol. I* (pp. 1–8). Harvard University Press.
- Brando, J. O. S. (2022). *Cognitivismo, uma abordagem parcialmente nomotética* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora]. Repositório Institucional UFJF. <https://doi.org/10.34019/ufjf/di/2022/00006>
- Castañon, G. A. (2006). John Searle e o cognitivismo. *Ciências & Cognição*, 8, 96–109. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212006000200011&lng=pt&tlng=pt.
- Castañon, G. A. (2007). *Introdução à epistemologia*. EPU.
- Castañon, G. A. (2012). Filosofia da Psicologia: Uma taxonomia. In S. F. Araujo (Org.), *História e filosofia da Psicologia: Perspectivas contemporâneas* (pp. 187–221). Editora UFJF.
- Castañon, G. A. (2021). *Conhecimento possibilista* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- Chalmers, A. F. (1993). *O que é ciência afinal?* (R. Filker, Trad.). Editora Brasiliense.
- Chalmers, A. F. (1999). *What is this thing called Science?* Hackett Publishing Company.
- Craver, C., & Tabery, J. (2019). Mechanisms in Science. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. <https://plato.stanford.edu/archives/sum2019/entries/science-mechanisms/>
- Cummins, R. (2010). *The world in the head*. Oxford University Press.
- DeWitt, R. (2010). *Worldviews: An introduction to the history and philosophy of science*. Wiley-Blackwell.
- Dilthey, W. (2008). *Ideias acerca de uma psicologia descritiva e analítica* (A. Moral, Trad.). Universidade da Beira Interior. (Trabalho original publicado em 1894)
- Dilthey, W. (2010). *A construção do mundo histórico nas ciências humanas* (M. A. Casanova, Trad.). Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1910)
- Eysenck, H. J. (1954). The science of personality: Nomothetic. *Psychological Review*, 61(5), 339–342. <https://doi.org/10.1037/h0058333>
- Fairholm, I. (2012). *Issues, Debates and approaches in Psychology*. Palgrave Macmillan.
- Falk, J. L. (1956). Issues distinguishing idiographic from nomothetic approaches to personality theory. *Psychological Review*, 63(1), 53–62. <https://doi.org/10.1037/h0047811>
- Figueiredo, L. C., & Loureiro, I. (2018). *Os saberes psi em questão: Sobre o conhecimento em Psicologia e Psicanálise*. Vozes.
- Franck, I. (1986). Psychology as a Science. In J. Valsiner (Ed.), *The individual subject and scientific psychology. Perspectives on individual differences*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4899-2239-7_2
- Grant, E. (2009). *História da filosofia natural: Do mundo antigo ao século XIX* (T. Attore, Trad.). Madras.

- Hegenberg, L. (1969). *Explicações científicas: Introdução à Filosofia da Ciência*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Heis, J. (2018). Neo-Kantianism. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Recuperado em março, 2020, de <https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/neo-kantianism/>
- Hempel, C. (1970). *Filosofia da Ciência Natural* (S. R. Plínio, Trad.). Zahar Editores.
- Hempel, C., & Oppenheim, P. (1948). Studies in the logic of explanation. *Philosophy of Science*, 15, 135–175. <http://doi.org/10.1086/286983>
- Holt, R. R. (1962). Individuality and generalization in the Psychology of Personality. *Journal of Personality*, 30(3), 377–404. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.1962.tb02312.x>
- Howard, G. S., & Myers, P. R. (1990). Predicting human behavior: Comparing idiographic, nomothetic, and agentic methodologies. *Journal of Counseling Psychology*, 37(2), 227–233. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.37.2.227>
- Krüger, H. (1984). *Fundamentos da Psicologia Social* [Tese de doutorado, Fundação Getúlio Vargas].
- Krüger, H. (2004). Cognição, estereótipos e preconceitos sociais. In M. E. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 23–40). Edufba.
- Krüger, H. (2014). Psicologia Humanista. In S. F. Araujo, F. Caropreso, G. A. Castañon, & R. T. Simanke (Orgs.), *Fundamentos filosóficos da Psicologia Contemporânea* (pp. 165–197). Editora UFJF.
- Lakatos, I. (1979). O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa (O. M. Cajado, Trad.). In I. Lakatos & A. Musgrave (Eds.), *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento: Quarto volume das atas do Colóquio Internacional sobre Filosofia da Ciência, realizado em Londres em 1965*. Cultrix; Universidade de São Paulo. (Trabalho original publicado em 1970)
- Laurenti, C., & Lopes, C. E. (2016). Metodologia da pesquisa conceitual em Psicologia. In C. Laurenti, C. E. Lopes, & S. F. Araujo (Orgs.), *Pesquisa teórica em Psicologia* (pp. 41–69). Hogrefe.
- Linden, H. (1999). Neo-Kantism. In R. Audi (Ed.), *The Cambridge Dictionary of Philosophy* (2nd ed.). Cambridge University Press.
- Makkreel, R. (1999). Dilthey, Wilhelm. In R. Audi (Ed.), *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. (2nd ed.). Cambridge University Press.
- Makkreel, R. (2016). Wilhelm Dilthey. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. <https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/dilthey/>
- Marx, M. H., & Hilux, W. A. (1973). *Sistemas e teorias em Psicologia* (A. Cabral, Trad.). Cultrix. (Trabalho original publicado em 1963)
- Mora, J. F. (1994). *International Encyclopedia of Philosophy*. Ed. Ariel.
- Murcho, D. (2019). *Lógica elementar: Raciocínio, linguagem e realidade*. Edições 70.
- Nagel, E. (1961). *The structure of Science: Problems in the logic of scientific explanation*. Routledge & Kegan Paul.
- Neisser, U. (1976). *Cognition and reality: Principles and implications of cognitive psychology*. W. H. Freeman and Company.
- Oakes, G. (1986). Introduction: Rickert's Theory of historical knowledge (G. Oakes, Trad.). In H. Rickert, *The limits of concept formation in Natural Science*. Cambridge University Press.
- Oliva, A. (2003). *Filosofia da Ciência*. Zahar.
- Oliva, A. (2017). Impasses reconstrutivos na filosofia da ciência: Causas e casos. *Argumentos*, 17, 7–41 <http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/19969/30647>.
- Penna, A. G. (1982). *Introdução à História da Psicologia Contemporânea* (3. ed.). Zahar.
- Penna, A. G. (1991). *História das ideias psicológicas*. Imago Ed.
- Penna, A. G. (2000). *Introdução à epistemologia*. Imago Ed.
- Popper, K. (1972). *A lógica da pesquisa científica* (L. Hegenberg & O. S. Da Mota, Trans.). Cultrix. (Trabalho original publicado em 1934)
- Popper, K. (1975). *Conhecimento objetivo: Uma abordagem evolucionária* (M. Amado, Trad.). Livraria Itatiaia. (Trabalho original publicado em 1972)

- Popper, K. (2004). *Lógica das ciências sociais* (E. R. Martins, Trad.). Tempo Brasileiro. (Trabalho original publicado em 1967)
- Popper, K. (2008). *Conjecturas e refutações* (S. Bath, Trad.). Editora Universidade de Brasília. (Trabalho original em 1963)
- Resende, J., Jr. (2017). O problema da experiência na disputa sobre o método científico: Dilthey, Windelband e Rickert. *Conjectura: Filosofia e Educação*, 22(1), 136–160. <https://doi.org/10.18226/2178461222109>
- Rickert, H. (1986). *The limits of concept formation in Natural Science* (G. Oakes, Trad.). Cambridge University Press. (Trabalho original publicado em 1929)
- Rosenberg, A. (2012). *Philosophy of Science: A contemporary introduction*. Routledge.
- Shermer, M. (2005). Science and Pseudoscience. In D. M. Borchert (Ed.), *Encyclopedia of Philosophy* (2nd ed.). Thomsom Gale Corporation.
- Simanke, R. T. (2009). A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. *Scientiae Studia*, 7(2), 221–236. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662009000200004>
- Skaggs, E. B. (1945). Personalistic psychology as science. *Psychological Review*, 52(4), 234–238. <https://doi.org/10.1037/h0054084>
- Staiti, A., & Oliva, L. (2022). Heinrich Rickert. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Recuperado em maio, 2023, de <https://plato.stanford.edu/archives/fall2022/entries/heinrich-rickert/>
- Thagard, P. (2003). Pathways to biomedical discovery. *Philosophy of Science*, 70(2), 235–254. <https://doi.org/10.1086/375465>
- Thomae, H. (1999). The Nomothetic-Idiographic Issue: Some roots and recent trends. *International Journal of Group Tensions*, 28, 187–215. <https://doi.org/10.1023/A:1021891506378>
- Windelband, W. (1998). History and Natural Science (J. T. Lamiell, Trad.). *Theory & Psychology*, 8(1). <https://doi.org/10.1177/0959354398081001>. (Trabalho original publicado em 1900)
- Woodward, J. (2019). Scientific explanation. In E. N. Zalta (Ed.), *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. <https://plato.stanford.edu/archives/win2019/entries/scientific-explanation>
- Wright, C., & Bechtel, W. (2007). Mechanisms and psychological explanation. In P. Thagard (Org.), *Philosophy of Psychology and cognitive science* (pp. 31–79). North Holland.

Recebido: 08/05/2024

1ª revisão: 12/07/2024

Aceite final: 13/08/2024



O(s) autor(es), 2025. Acesso aberto. Este artigo está distribuído nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que você dê crédito apropriado ao(s) autor(es) original(ais) e à fonte, fornecer um link para a licença Creative Commons e indicar se as alterações foram feitas.